

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO RIO GRANDE DO NORTE

restructuring production in Rio Grande do Norte, Brazil

Francisco Fransualdo de Azevedo *

Resumo

O presente artigo busca analisar o processo de reestruturação produtiva do sistema capitalista, problematizando as distintas dimensões do mesmo, isto é, econômica, social, política e técnica. Destarte, intenta-se problematizar e explicar como esse processo se desencadeia no território do Rio Grande do Norte (Brasil), haja vista as antigas e novas materialidades que constituem e ajudam a explicar o processo de produção do espaço nas últimas décadas, sobretudo a partir dos anos 1980. Do ponto de vista metodológico, fez-se uma breve revisão teórica e conceitual acerca do aporte-chave, somada à coleta, sistematização e análise de dados secundários em diversas fontes como: secretarias e órgãos governamentais, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte, Agência Nacional de Petróleo, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, e Observatório das Metrôpoles. Depreende-se que os anos 1980/90 foram marcados por várias mudanças no processo de produção do espaço potiguar, sobretudo com base nos incentivos estatais, em consonância com as ações e intencionalidades do capital privado, principalmente, no fomento e/ou (re)estruturação das atividades: agropecuária, pesca, turismo, mineração, construção civil, carcinicultura, indústria têxtil, comércio e serviços.

Palavras chave: Reestruturação produtiva, Atividades econômicas, Território.

Abstract

The article analyzes the restructuring process of the capitalist system, discussing its different dimensions, such as economic, social, political and technical. Thus, attempts to problematize and explain how this process occurs in the territory of Rio Grande do Norte (RN), Brazil, considering the old and new materialities that constitute and helps to explain the process of production of space in recent decades, particularly since the begin of the 1980s. From the methodological point of view, it was made a brief literature review, taking into consideration the following contributions: the collection, organization and analysis of secondary data from various sources such as government departments and agencies, the Brazilian Institute of Geography and Statistics, Institute of Sustainable Development and Environment of Rio Grande do Norte, the National Petroleum Agency, the Brazilian Service of Support for Micro and Small Businesses and the Observatory of the Metropolis. The results show that the 1980s and 1990s were marked by several changes in the space's production process in the RN, primarily based on state's incentives, associated with the actions and intentions of private capital, especially in the promotion and / or structuring of activities: agriculture, fishing, tourism, mining, construction, shrimp, textiles, trade and services.

Key words: Restructuring production, Economic activities, Territory.

Resumen

El objetivo de este artículo es analizar el proceso de reestructuración productiva del sistema capitalista, discutiendo sus distintas dimensiones, concretamente la económica, social, política y técnica. Se trata, por tanto, de explicar como este proceso se a desarrollando em el territorio de Rio Grande do Norte (Brasil), teniendo em cuenta las viejas y nuevas materialidades que constituyen este proceso de producción del espacio durante las últimas décadas. Al mismo tiempo que lo ayudan a explicar. Desde el punto de vista metodológico, se hace una breve revisión teórica y conceptual acerca de la recolección de datos y la sistematización y análisis de los datos procedentes de fuentes oficiales. Como son las secretarias y los organos gubernamentales -Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte, Agência Nacional de Petróleo, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas- y también algunas instituciones académicas, como es el caso del Observatório das Metrôpoles. De todo ello parece desprenderse que los años 1980/90 estuvieron marcados por cambios importantes em el proceso de producción del espacio potiguar, destacando em particular los que estuvieron asociados a los incentivos estatales, em consonancia con acciones e intenciones del capital privado interessado em el fomento de la reestructuración de las actividades em todo el arco de la estructura económica: las actividades agropecuarias, la pesca, y la carcinicultura, así como em el turismo, la extracción minera, la construcción de infraestructuras públicas, la industria textil, em comercio y los servicios.

Palabras clave: Reestructuración productiva, Actividades económicas, Territorio.

(*) Prof. Dr. do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - Campus Universitário Lagoa Nova, Av. Salgado Filho, CEP: 59072-970, Natal (RN), Brasil. Tel: (+ 55 84) 32153569 - fazevedo@gmail.com

INTRODUÇÃO

O sistema mundo passa por profundas transformações nas últimas décadas. Vive-se num período marcado por processos de mudanças cada vez mais velozes, constituído de avanços e retrocessos. A reprodução ampliada do sistema capitalista impõe dinâmicas produtivas, econômicas e sociais, que perpassam todos os lugares e regiões do mundo. Avanços são notados nos sistemas técnicos, científicos, informacionais, mas às expensas de elevados custos sociais, que refletem na política, na vida social, enfim, na dinâmica dos lugares, isto é, impõe-se e induz-se, via de regra, a exacerbação do consumo na sociedade, cujas necessidades são criadas antes mesmo dos produtos a serem consumidos.

Vive-se um intenso processo de financeirização da economia e até mesmo da política e da vida social. O sistema financeiro perpassa o funcionamento do sistema mundo em escala global, financiando a produção, o consumo, mas também, os sistemas político e social, haja vista os financiamentos de campanhas eleitorais e políticas, no mundo subdesenvolvido, e até mesmo em países desenvolvidos, cuja capacidade de imbricação dos sistemas políticos com os bancos é notória.

Associado com a mídia de massa, o sistema financeiro global também tem apresentado forte capacidade de alienação política, haja vista a capacidade de induzir o consumo de produtos e serviços, os quais têm forte poder de alienação política, pois ao passo que conectam as pessoas com o mundo exterior aos lugares, as separa, segrega e aliena do ponto de vista político.

Diversas crises se produzem, muitas vezes marcadas por intencionalidades que visam, sobretudo, o beneficiamento do sistema produtivo por parte dos Estados, portanto, pela sociedade, ora através do financiamento da produção e do consumo, ora pela exploração da força de trabalho, através do comprometimento do estado do bem-estar-social, redução de salários, diminuição do tempo de férias, aumento da capacidade produtiva por trabalhador, etc.

A esse processo de mudança marcado por transformações em várias dimensões do espaço geográfico – econômica, política, técnica, social e ambiental – deu-se o nome de reestruturação produtiva, o qual na contemporaneidade tem adquirido contornos muito bem definidos, isto é, alterou significativamente a divisão social e territorial do trabalho.

No Rio Grande do Norte, esse processo impôs a reestruturação do território, marcado dentre outros aspectos, pela falência de determinadas atividades econômicas, redefinição e reestruturação de outras, mas sobretudo o surgimento de “novas”, nunca antes presentes no território potiguar, a exemplo do turismo e da atividade petrolífera. Nesse sentido, o presente trabalho visa, principalmente, analisar o processo de reestruturação produtiva no Rio Grande do Norte, contextualizando o processo de transformações no/do território, tanto do ponto de vista econômico, quanto social, político e técnico.

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA: uma conceituação

O processo de reestruturação produtiva compreende um conjunto de transformações de caráter estrutural, organizacional e técnico, fazendo-se refletir no espaço geográfico em sua totalidade. Tais transformações se articulam e se configuram como alternativas de superação das crises cíclicas do sistema capitalista para a ampliação/reprodução do próprio capital, afetando sobretudo o mundo do trabalho, com contornos muito bem definidos, especialmente nos países subdesenvolvidos, onde o Estado do bem-estar-social ainda apresenta sérios problemas, limites e vulnerabilidades.

Dada a complexidade desse processo no período atual e admitindo que este tem continuamente influenciado na organização do espaço geográfico, o qual configura-se como uma totalidade dinâmica composta por múltiplas temporalidades e especificidades, é pertinente avançar na compreensão do mesmo, sendo fundante a análise da sua dimensão espacial, permitindo, por conseguinte, a explicação da reestruturação do território a partir das contradições do processo produtivo.



Ao fazer uma reflexão semântica da palavra reestruturação num sentido mais amplo, apreende-se “a noção de uma freada, se não de uma ruptura nas tendências seculares, e de uma mudança em direção a uma ordem e uma configuração significativamente diferentes da vida social, econômica e política” (SOJA, 1993, p. 193). Tal processo evoca, assim, uma combinação sequencial de desmontamento e reconstrução, de desconstrução e tentativa de reconstituição, oriundo de deficiências ou perturbações nos sistemas de pensamento e ação aceitos.

Ao aderir ao conceito de reestruturação produtiva é importante considerar, que tal processo não se caracteriza por uma sobreposição de estruturas territoriais e produtivas (LENCIONI, 1998), sendo fundamentalmente marcado pela coexistência de novas e velhas formas de produzir, assim como é composto por redefinições no uso dos objetos geográficos, os quais muitas vezes têm suas formas conservadas, mas passam a adquirir novas funcionalidades, estas mais condizentes com as atuais formas de produção e distribuição das mercadorias. Nesse sentido “a reestruturação produtiva não é um processo mecânico ou automático, nem tampouco os seus resultados e possibilidades potenciais são predeterminados” (SOJA, 1993, p. 194).

A reestruturação produtiva consiste em um processo, constituído a partir de uma hierarquia de manifestações, considerado originário e reativo a graves choques nas situações e práticas sociais preexistentes, envolvendo o desencadeamento “de uma intensificação de lutas competitivas pelo controle das forças que configuram a vida material” (SOJA, 1993, p. 194).

Assim, tal processo se constitui de fluxos e transição, posturas ofensivas e defensivas e uma mescla irresoluta de continuidades e mudanças, e como tal, esta se enquadra entre a reforma parcial e a transformação revolucionária, entre a situação de perfeita normalidade e algo completamente diferente (SOJA, 1993).

Desse modo, compreende-se que a reestruturação produtiva evoca as mudanças ocorridas nos elementos que integram a realização das etapas que compõe os diversos processos produtivos, devido principalmente à rearticulação das formas de acumulação do capital (MIZUSAKI, 2009).

Contudo, vale ressaltar e faz-se necessário reconhecer que tais mudanças alteram não somente as formas de produzir, mas penetram as várias dimensões da realidade econômica, política, técnica, social e espacial.

A dimensão econômica da reestruturação produtiva está associada, de forma direta aos mecanismos por meio dos quais o sistema capitalista busca superar as crises econômicas que, em síntese, resultam dos limites impostos a acumulação ampliada e a (re)produção acelerada do capital (HARVEY, 2011).

Um dos principais mecanismos de superação destas “crises”, encontrados pelas grandes empresas e/ou grupos financeiros, consiste na abertura de empresas filias, possibilitando a dispersão geográfica e a internacionalização do capital.

Além do mais, outro mecanismo encontrado para a superação das crises cíclicas do capital tem sido a adoção de novos sistemas produtivos, os quais estão cada vez mais carregados de conteúdos técnicos, científicos e informacionais. Neste sentido, é preciso destacar que na atualidade a técnica se constitui num dos principais vetores do processo de reestruturação produtiva.

Nesse contexto, o emprego da técnica consiste na principal forma de relação entre o homem e a natureza, sendo definida como “um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço” (SANTOS, 2009a, p. 29). Partindo deste entendimento apreendemos que toda atividade econômica, tal como todo o processo produtivo, é realizado a partir do emprego da técnica e de relações mediatizadas pelo trabalho.

Uma reflexão basilar faz-se aqui necessária sobre a difusão dos sistemas técnicos, pois como afirma Santos (2009b), as técnicas são propagadas de forma desigual temporalmente e implantadas de forma seletiva no espaço, o que possibilita a coexistência de objetos técnicos de diferentes momentos e com conteúdos também distintos. Nesse sentido, de acordo com o referido autor, os subsistemas técnicos de diferentes períodos combinam-se nas mais diversas áreas e determinam as formas de vida e produção possíveis.



A criação dos sistemas técnicos e o sucessivo surgimento de novas tecnologias redimensionam as relações sociais de produção e de trabalho. Tais transformações ocorrem não somente nas indústrias, com a adoção de novas máquinas e técnicas de produção, mas difundem-se também no campo, principalmente a partir da disseminação dos pacotes tecnológicos.

Ao refletir sobre os impactos da reestruturação produtiva no mundo do trabalho, Alves (2007) destaca que a contínua incorporação de novas técnicas produtivas constitui-se em uma via de mão dupla para a conformação das relações de trabalho, visto que, se por um lado possibilita a flexibilização da jornada de trabalho em alguns ramos produtivos, por outro tem desencadeado um processo de precarização do trabalho e especialização funcional nunca visto antes.

Dessa forma, “com a máquina e o sistema de máquinas sob a grande indústria, o processo de trabalho propriamente dito tende a negar a si próprio como processo de trabalho, sob a direção consciente do trabalho vivo, para tornar-se processo de produção do capital conduzido pelo trabalho morto” (ALVES, 2007, p. 34). Significa dizer que o homem é deslocado do processo de trabalho, deixando de ser elemento ativo e tornando-se um elemento meramente passivo, mero suporte do sistema de máquinas.

Depreende-se do exposto que as constantes mudanças impulsionadas pelo processo de reestruturação produtiva no mundo do trabalho manifestam-se não somente por meio das redefinições nas relações de produção, mas por meio da divisão territorial do trabalho. Isto porque é na organização do espaço geográfico ou na configuração do território que o processo de reestruturação produtiva assume sua forma visível e sua dimensão mais duradoura, a qual se revela por meio da distribuição espacial dos objetos geográficos e pelas redefinições nos usos destes. É a combinação justaposta das diversas formas de uso do território que revelam a sua dinâmica, a qual se torna cada vez mais complexa, a partir da emergência de novas atividades produtivas, redefinições daquelas já existentes, bem como as práticas socioespaciais.

O conjunto dos objetos geográficos, socialmente construídos, implantados de forma seletiva e organizados sobre o território, determina a existência e o amoldamento dos sistemas territoriais (RAFFESTIN, 2009). Nesse sentido, podemos inferir que os sistemas territoriais se constituem no invólucro por meio do qual se desdobram as relações de poder, as atividades produtivas e a realização da vida. Destarte, “o sistema é tanto um meio como um fim. Como meio, denota um território, uma organização territorial, mas como fim conota uma ideologia da organização. É, portanto, de uma só vez ou alternadamente, meio e finalidade das estratégias” (RAFFESTIN, 1993, p.158).

Aportado nessa ideia de sistemas territoriais é possível entender a relação existente entre estes, os sistemas territoriais, e as estruturas produtivas vigentes, os quais possuem relação direta com o processo de reestruturação produtiva e territorial, desencadeado pelo sistema capitalista no período histórico atual. Partindo desse entendimento infere-se que os sistemas territoriais refletem, mas também condicionam, o processo de reestruturação produtiva, que tem como dimensão espacial, a dinâmica do território, esta entendida a partir da distribuição espacial dos objetos geográficos e dos movimentos constantes da sociedade, para o desenvolvimento de suas atividades diárias, sejam elas produtivas ou não.

Com base no exposto, é possível observar que no Rio Grande do Norte as últimas décadas do século XX foram marcadas por diversas transformações na estrutura produtiva, portanto, na configuração territorial, processo esse intrínseco à reestruturação produtiva do capital em escala global.

Assim, no fim do século XX, nota-se tanto a falência de determinadas atividades produtivas, quanto o surgimento, redefinição e dinamização de outras, com a emergência de novas materialidades, novas formas, novos objetos e novos conteúdos técnicos, políticos e sociais no território.



CONTEXTUALIZANDO A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO ESPAÇO GEOGRÁFICO POTIGUAR

Até meados do século XX a economia potiguar era essencialmente rural, destacando-se a produção de cana-de-açúcar na Zona da Mata e parte do Agreste, a cotonicultura nas demais regiões, associando-se às culturas alimentares de subsistência como o milho, o feijão e a mandioca; a pecuária no sertão, interpondo-se à cotonicultura e à policultura de subsistência; além da atividade salineira no litoral centro-norte e oeste do estado.

Nota-se que até então as atividades desenvolvidas no espaço rural potiguar apresentavam forte representatividade no contexto da economia local e regional, com repercussões diretas na configuração sociocultural e política, isto é, na constituição da cultura e do coronelismo nordestino e estadual.

Sobre esse período, Felipe (1986) esclarece que o beneficiamento da produção agropecuária se dava principalmente nos núcleos urbanos, visto que a economia era essencialmente agrícola, com exceção do sal, fazendo nascer uma indústria de beneficiamento desses produtos de origem agrícola, como é o caso dos engenhos de açúcar, das algodozeiras, das fábricas de óleos (oiticica e algodão), das oficinas de carne seca (carne de sol), os curtumes e as casas de farinha. O autor também reconhece que além das unidades industriais citadas, existiam padarias, fábricas de macarrão e moageiras de sal.

Assim, era comum no interior do estado a presença de oficinas de carne de sol, casas de farinha, engenhos de cana-de-açúcar e armazéns de algodão, principalmente no espaço rural, mas também no urbano. As cidades desempenhavam as funções de comercialização, e, às vezes, de beneficiamento de parte da produção gerada no campo. É por isso que muitos núcleos urbanos, não só no Nordeste, mas no Brasil, emergiram sob a égide das atividades econômicas acima citadas (pecuária, cotonicultura e diversas outras atividades agrícolas).

Nesse sentido, concordamos com Felipe (1986), quando este afirma que a organização do espaço urbano depende necessariamente da divisão social e territorial do trabalho, a qual apresentava, no caso do sertão, forte relação com a agricultura e a pecuária. O autor explica que no Nordeste tal processo se manifestou, sobretudo, quando a economia açucareira induziu o surgimento e expansão da pecuária no Sertão.

Destarte, “as cidades sertanejas, criadas por essa divisão territorial do trabalho, têm suas funções e formas determinadas pela sua maior ou menor proximidade dos espaços de produção (o Sertão) e dos espaços de consumo e escoamento (o litoral)” (FELIPE, 1986, p.11). Para o autor tal importância locacional é reforçada com a cultura algodoeira, a qual concentrava, sobretudo, capital e pessoas no “urbano”, tendo em vista a existência e funcionamento de suas unidades industriais.

Desse modo, a distribuição populacional também esteve (e continua) diretamente ligada à dinâmica econômica, pautada no desenvolvimento de determinadas atividades produtivas. No Rio Grande do Norte, a industrialização do algodão foi responsável pelo avanço do processo de urbanização em vários municípios, assim como a atividade mineradora, o comércio e o setor de serviços.

Nesse período, idos dos anos 1960, a população potiguar concentrava-se preponderantemente no espaço rural. Ou seja, de acordo com o IBGE, aproximadamente 70% da população economicamente ativa do estado trabalhava na agropecuária, percentual esse equivalente à população que vivia no espaço rural. Por outro lado a indústria empregava apenas 8% da população economicamente ativa, já aproximadamente 30% da população residia no espaço urbano.

A partir desse período, houve uma diminuição significativa no percentual de população economicamente ativa do estado, ora em virtude da incapacidade de absorção de mão de obra no setor agrícola, que “expulsava” a população para as cidades, aumentando o número de desempregados e subempregados, ora por causa da não absorção de trabalhadores no setor terciário.

Portanto, excetuando-se as atividades salineira, mineradora e a incipiente indústria têxtil, o sistema econômico do estado passou por forte crise nos anos 1970/1980, apesar de a Petrobras S.A. sinalizar para uma fase por vir promissora, tendo em vista a descoberta de uma importante reserva



de petróleo no litoral potiguar em 1974. Esse período de crise foi agravado por um longo período de estiagem, comprometendo uma das bases econômicas principais da região, a agropecuária, o que se fez refletir também na capital, tendo em vista o volume expressivo de migrantes que esta passou a receber. As intervenções pontuais da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SU-DENE) não foram suficientes para evitar a instauração e agravamento da crise econômica e social.

Em meados da década de 1970 disseminaram-se no estado as tradicionais frentes de emergência, medida paliativa adotada pelo governo com o intuito de amenizar os efeitos da seca e da catástrofe social que assolou a maior parte da região Nordeste naquele período, perdurando até meados dos anos 1980. Obviamente essa política de governo beneficiou principalmente as oligarquias regionais formadas pelos tradicionais coronéis, muitos deles políticos, além de seus aliados e parentelas, criando o que se consagrou denominar “indústria da seca” (CARVALHO, 1988). A população abrangida por essa medida era facilmente manipulada e controlada quanto ao exercício dos direitos civis e políticos, a exemplo do ato de votar, referendando, assim, o poder coronelista e oligárquico até hoje hegemônico no estado e em boa parte da região.

A partir dos anos 1980, várias mudanças passaram a ser observadas no processo de produção do espaço potiguar, principalmente como resultado dos incentivos estatais, em consonância com o movimento do capital privado, sobretudo, no processo de fomento e/ou (re)estruturação das atividades: agropecuária, pesca, turismo, mineração, construção civil, carcinicultura, indústria têxtil, comércio e serviços.

Nos anos 1990, os investimentos públicos e privados convergiram, sobretudo, para uma política de modernização econômica do estado, especialmente com base nas principais atividades: agricultura irrigada no Vale do Açu, o turismo no litoral leste, principalmente na capital e adjacências, petróleo e gás no litoral norte, parte do noroeste e Vale do Açu, sal também no litoral norte e parte do oeste, a pecuária leiteira no Seridó e parte do Agreste, comércio e serviços na capital e nas principais cidades que se constituem como centros regionais, construção civil em Natal e Mossoró, dentre outros vetores representativos local ou regionalmente (Figura 1). Tal processo se insere no contexto daquilo que denominamos reestruturação produtiva, caracterizado também pela reestruturação do território.

A maior parte dessas atividades evidencia uma notável capacidade de abertura da economia do Rio Grande do Norte, em relação aos investimentos privados de agentes nacionais e/ou mundiais do capital, ditos globalizados. Nota-se forte capacidade técnica no interior desse processo, com a introdução no território potiguar de ações e objetos técnicos marcados por conteúdos nunca antes vistos. Exemplo disso observa-se na agricultura irrigada, na atividade petrolífera, no comércio e no setor de serviços, incluindo o turismo, vetores esses que passaram a receber fortes investimentos de grupos econômicos estrangeiros, bem como vários incentivos governamentais, fortemente imbuídos de conteúdos técnicos, financeiros, portanto econômicos e políticos. Novas materialidades surgiram ou foram redimensionadas no território como forma de assegurar os fixos para garantirem os fluxos materiais e imateriais, dinheiro, informação, tecnologia, mão-de-obra, etc.

Nessa fase, o Estado passa a se voltar prioritariamente para o setor produtivo, mesmo que através da tomada de empréstimos junto aos organismos internacionais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, buscando modernizar a economia local, estimulando o crescimento econômico a partir das atividades citadas, o que não representou necessariamente melhorias no Estado de bem-estar-social, pois às vezes o processo é exatamente inverso, isto é, o crescimento econômico se deu em detrimento de melhorias nas condições sociais da população do estado, a exemplo do que ocorre nas áreas produtoras de petróleo, fruticultura irrigada e/ou turísticas.



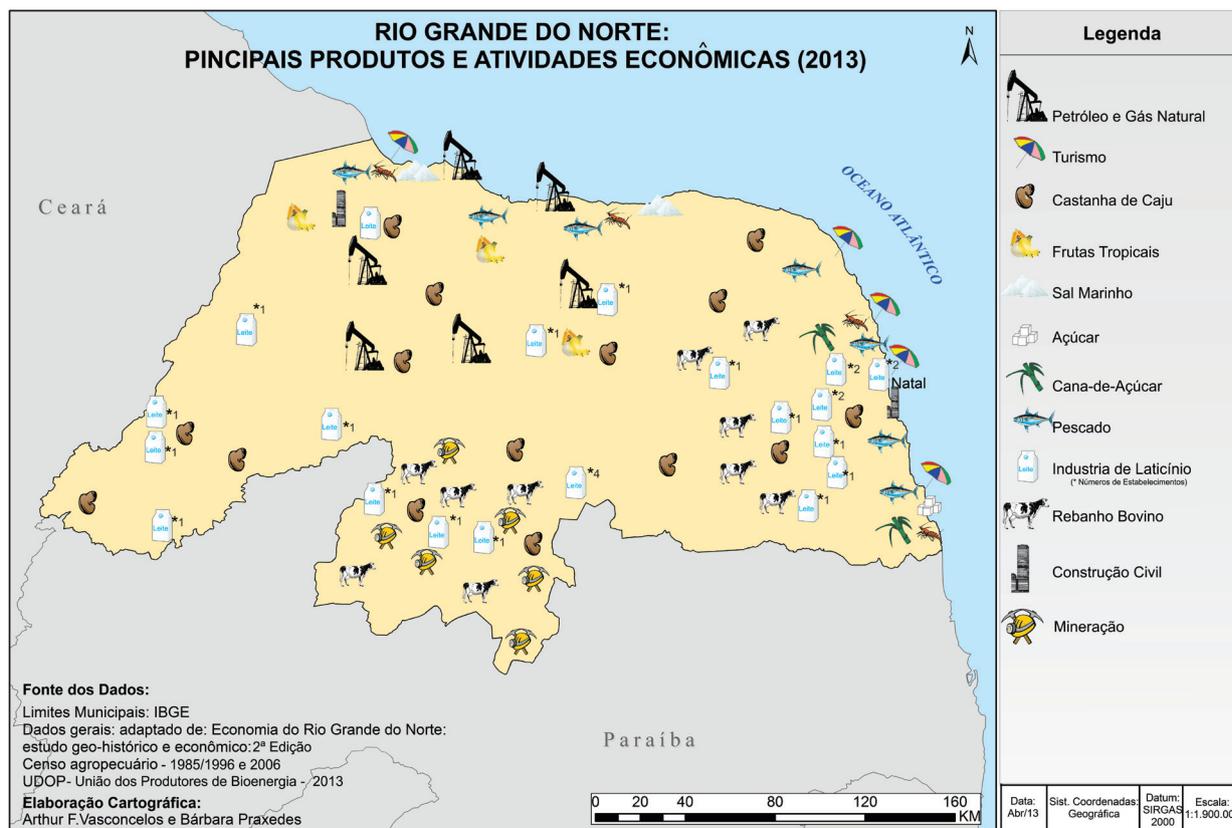


Figura 1 - Rio Grande do Norte: principais produtos e atividades econômicas (2013)

Uma análise da Tabela 1 evidencia a participação das diferentes atividades econômicas na geração do PIB – Produto Interno Bruto – do Rio Grande do Norte. No geral, em 2003, destacam-se principalmente as seguintes atividades: a administração pública, a defesa e seguridade, o comércio e a prestação de serviços, indústria de extração mineral e de transformação, e a construção civil.

Tabela 1 – Rio Grande do Norte: Produto Interno Bruto por setor de atividades (%) (1995 a 2003)

Atividades	1995	2000	2003
Agropecuária	7,51	2,59	5,7
Indústria de Extração Mineral	6,89	14,87	15,7
Indústria de Transformação	10,43	9,27	13,7
Construção Civil	14,25	13,62	10,5
Administração pública, defesa e seguridade	27,94	27,13	25,3
Atividade imobiliária, aluguel e serviços prestados	8,73	10,6	7,7
Outros setores de atividades	24,25	21,92	21,4
Total	100	100	100

Fonte: IDEMA, 2005.

No tocante à indústria, nota-se que esta se estruturou a partir de três eixos básicos: o agroindustrial, abrangendo a indústria de alimentos, bebidas e de insumos agrícolas; o extrativismo mineral, envolvendo a extração de petróleo, gás, sal, granito etc., e por último a indústria têxtil que tem retomado seu ritmo de crescimento a partir do ano 2000. Vale destacar que do ponto de vista regional, Natal e adjacências têm a maior participação na geração do PIB estadual, especialmente porque as atividades com maiores percentuais concentram-se principalmente nesse espaço, tais



como a administração pública, comércio e serviços, indústria de transformação e construção civil. No período analisado, o setor terciário apresentou maior participação na geração do PIB do estado, seguido da indústria e da agropecuária (Figura 2).

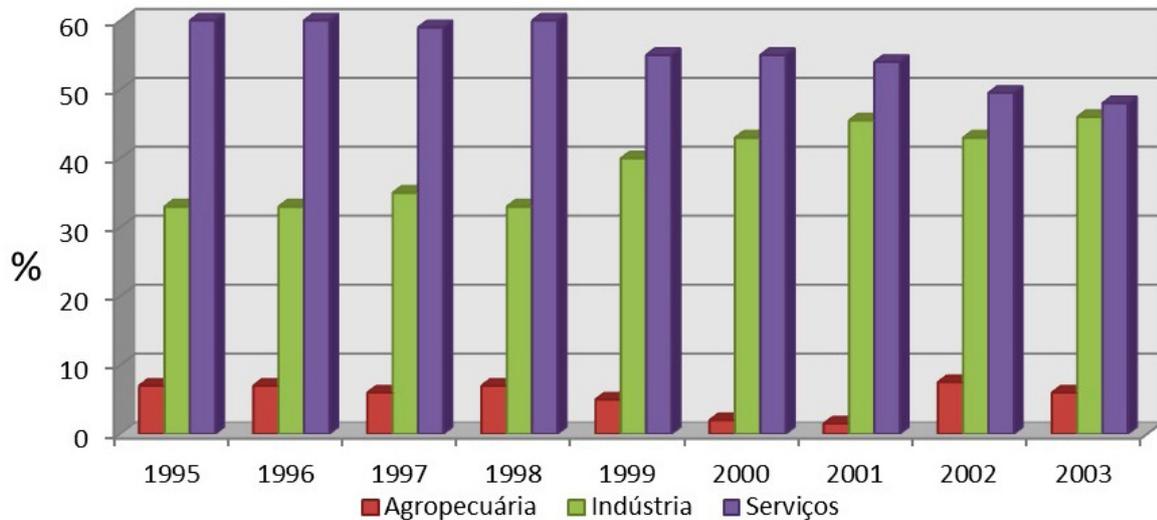


Figura 2 – Rio Grande do Norte: Participação (%) do PIB por setor de atividade (1995/2003). Fonte: IDEMA, 2005.

Se considerarmos todo o período, notamos que a agropecuária teve uma reduzida participação, especialmente no biênio 2000/2001, devido principalmente à escassez de chuvas naquele período e pelo baixo nível tecnológico, não obstante os volumes de recursos canalizados para a reestruturação da atividade. No entanto, esta manteve quase o mesmo nível de participação se analisado o período de 2003 a 1995. O setor industrial apresentou sensível aumento na participação do PIB estadual, ao passo que o setor de serviços mostrou sensível queda.

Diante desses processos inerentes à dinâmica econômica do estado, nota-se que as atividades que mais empregam – o comércio e os serviços – geralmente são as que apresentam maior participação na geração do Produto Interno Bruto (PIB), porém, muitas vezes, são as que mais exploram a força de trabalho, tanto do ponto de vista da jornada diária laboriosa, quanto do nível salarial.

Se analisarmos o PIB por município, percebemos que as maiores participações no estado correspondem à capital e sua região de influência, além de Mossoró e municípios cujas sedes se constituem como centros regionais, e/ou onde também se concentram as principais atividades econômicas do território potiguar (Figura 3).

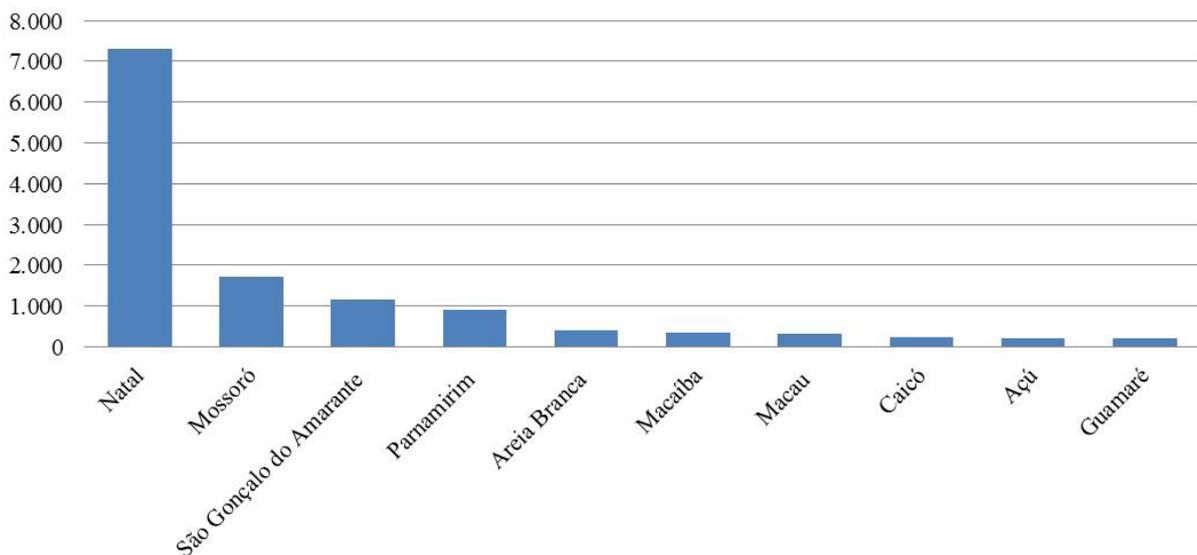


Figura 3 – Rio Grande do Norte: Produto Interno Bruto de alguns municípios (2004). Fonte: IDEMA, 2005.

Contraditoriamente, os dados sistematizados pelo IDEMA (2005) nos revelam ainda que o PIB do estado cresceu mais que o PIB regional e nacional, pois em 1995 o Rio Grande do Norte apresentava uma taxa de crescimento desse indicador de aproximadamente 5%, o Nordeste 2% e o Brasil aproximadamente 3%. Em 2003, o PIB do estado cresceu 2,75%, já o do Nordeste 2,38 e o do Brasil 1,70.

Entretanto, percebe-se uma reconcentração da riqueza e da renda no período, evidenciada pela variação do índice de Gini, o qual passou de 0,63 para 0,66 no período, logo, aumentou a concentração de renda, acirrando a desigualdade social, situação essa agravada de modo singular nos lugares onde a economia apresenta-se mais dinâmica e globalizada, haja vista os processos econômicos citados, a exemplo da produção petrolífera, fruticultura irrigada e o turismo.

Nesse sentido, entendemos que o maior desafio para o geógrafo, e isso deveria ser sua tarefa primordial, é entender as contradições geradas pelo processo de acumulação e reprodução ampliadas do capital, o qual se traduz no território, notadamente porque a capacidade de geração de riqueza é cada vez maior, mas a capacidade de apropriação e concentração chega aos níveis extremos.

Ao analisarmos os dados que de algum modo ajudam a explicar e a caracterizar o processo produtivo no estado, verifica-se um notório processo de mudança marcado por coexistências, isto é, o surgimento de novas materialidades, novos objetos e fluxos, mas também a permanência de antigas relações, objetos e conteúdos, às vezes redefinidos no interior do processo de reestruturação produtiva, sobretudo a partir dos anos 1980. Ao analisar a área irrigada do estado, com base nos dados mais representativos por município, infere-se que sobressai a área produtora de frutas tropicais, isto é, daqueles municípios situados nos vales dos rios Piranhas-Açu e Apodi-Mossoró, tais como Alto do Rodrigues, Baraúna, Tibau, Ipanguaçu, Açu, Apodi, Carnaubais e Mossoró (Tabela 2).

Tabela 2 -Municípios com as maiores áreas irrigadas – Rio Grande do Norte

MUNICÍPIO	HECTARES
Arês	15.010
Ceará-Mirim	2.863
Alto do Rodrigues	2.482
Baraúna	2.462
Tibau	2.006
Ipanguaçu	1.981
Açu	1.653
Apodi	1.513
São José do Mipibu	1.381
Caicó	1.325
Touros	945
Macaíba	944
Carnaubais	881
Jardim de Piranhas	842
Mossoró	835

Fonte: Censo Agropecuário, 2006 – IBGE.

Nesses municípios destacam, sobretudo a produção de melão, banana, manga, melancia, mamão, dentre outras espécies de frutas tropicais, comercializadas sobretudo no mercado internacional.

Uma análise dos dados referentes à pecuária no estado revela uma notória variação/oscilação na atividade, condicionada principalmente pelos eventos climáticos, não obstante os investimentos realizados, públicos principalmente. Contudo, nas últimas décadas a mesma se expandiu, haja vista o aumento do rebanho e da produção de leite (Figura 4).



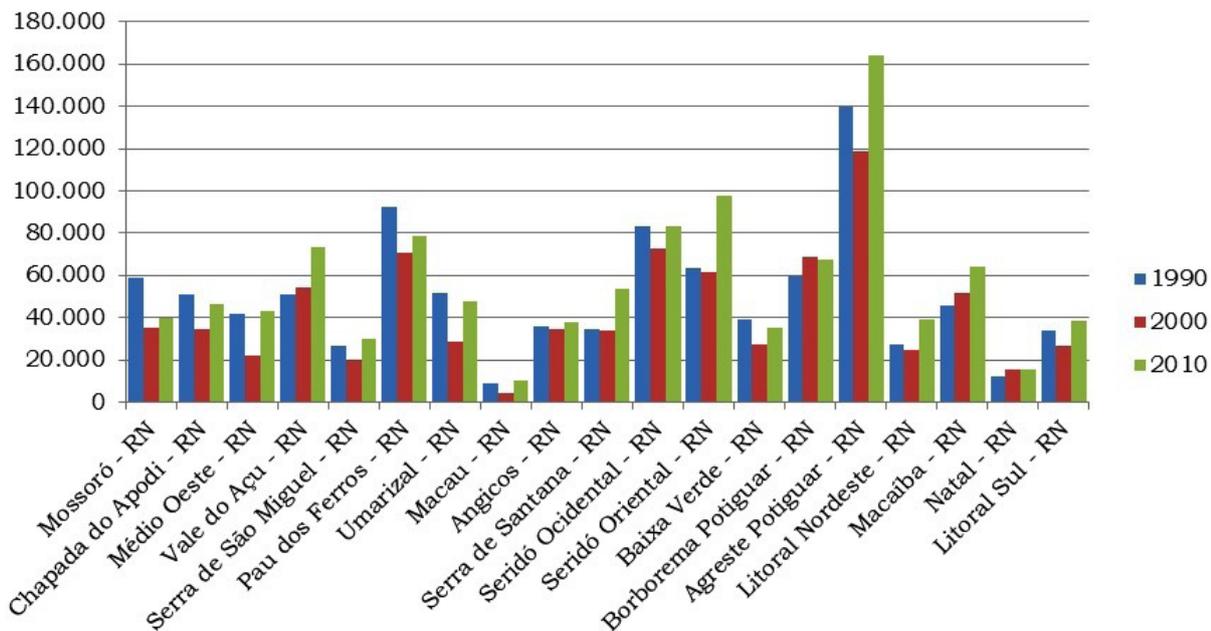


Figura 4 - Rio Grande do Norte: Efetivo do rebanho bovino por microrregiões (1990, 2000 e 2010). Fonte: IBGE – Pesquisa da pecuária municipal (1990, 2000, 2010).

Nota-se que as microrregiões que apresentam menor representatividade no rebanho bovino do estado correspondem a Macau e Natal, ou seja, área produtora de sal e área mais urbanizada, respectivamente. O maior efetivo do rebanho concentra-se na região do Seridó (microrregiões do Seridó Oriental, Seridó Ocidental e Serra de Santana), bem como no Agreste, respectivamente. Nessas regiões também concentram-se as maiores bacias leiteiras do estado, muito embora o Agreste detenha a maior parte do rebanho com a finalidade de produção de carne, isto é, gado de corte. Já no Seridó a maior parte do rebanho destina-se à produção de leite.

Vale ressaltar que o processo de reestruturação da pecuária bovina no estado é resultado, sobretudo dos investimentos públicos, através do financiamento da produção, bem como em virtude da aquisição, por parte do Estado, de boa parte da produção gerada, com a finalidade de abastecer o Programa do Leite, política essa de caráter social. Os investimentos feitos na atividade nas últimas décadas contemplam principalmente: melhoramento genético do rebanho, através da aquisição de matrizes e reprodutores, aquisição de máquinas e equipamentos, plantio de pastagens, perfuração de poços, aquisição de ração industrializada, etc.

Uma análise sobre o efetivo de vacas ordenhadas no estado reforça as afirmações anteriores, isto é, evocam a representatividade das microrregiões do Seridó e Agreste como mais representativas na produção da pecuária, bem como notória variação/oscilação nas duas últimas décadas, apesar do aumento significativo no número de vacas ordenhadas, se considerado todo o período (Figura 5).

Na região do Seridó, bem como nas microrregiões do Vale do Açu, Litoral Nordeste e Macaíba houve aumentos sucessivos no número de vacas ordenhadas, já nas demais houve reduções, seguidas de aumento. Quanto ao volume de leite produzido evidencia-se expansão no período em praticamente todo o estado, merecendo destaque o aumento da produção nas microrregiões do Agreste e Macaíba (Figura 6).

Outras importantes atividades no contexto da reestruturação produtiva no Rio Grande do Norte são a pesca marinha e a carcinicultura. De acordo com dados do Boletim estatístico da pesca, no período de 2007 a 2010 o estado se mostrou como um dos maiores produtores de pescado do país, merecendo destaque a produção de camarão e de atum. Na carcinicultura marinha merecem destaque os estados do Ceará, Santa Catarina, Bahia, Pernambuco, Sergipe, Piauí, Paraíba, Paraná e Espírito Santo (Figura 7). Em todo o período o Rio Grande do Norte se apresenta com a maior produção do crustáceo, atendendo parte do mercado nacional e internacional.

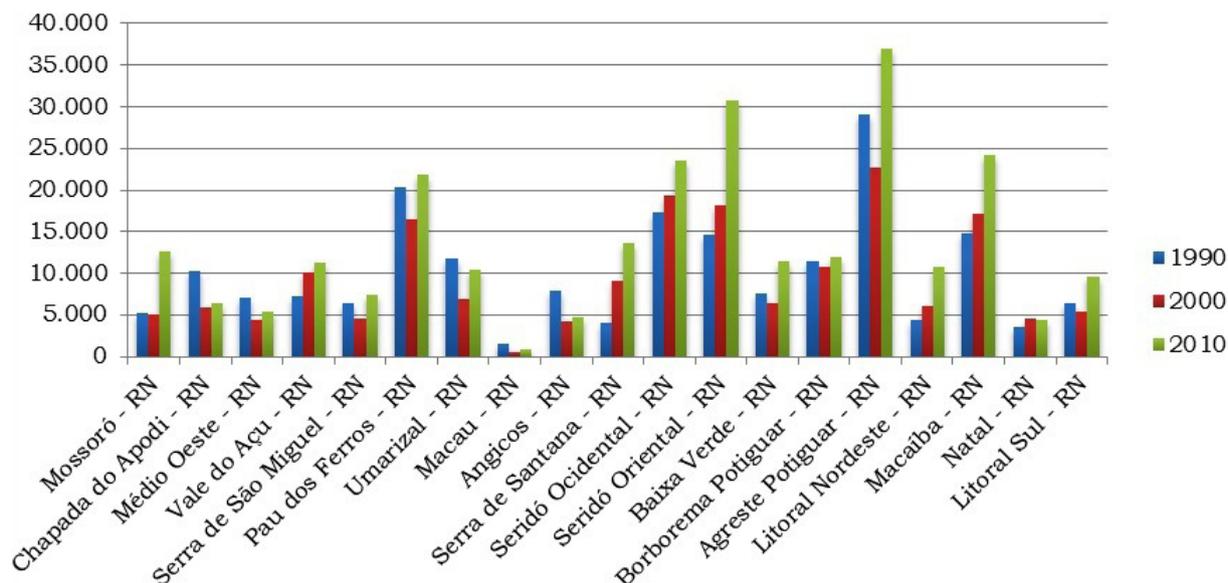


Figura 5 - Rio Grande do Norte: Vacas ordenhadas por microrregiões (1990, 2000 e 2010). Fonte: IBGE – Pesquisa da pecuária municipal (1990, 2000, 2010).

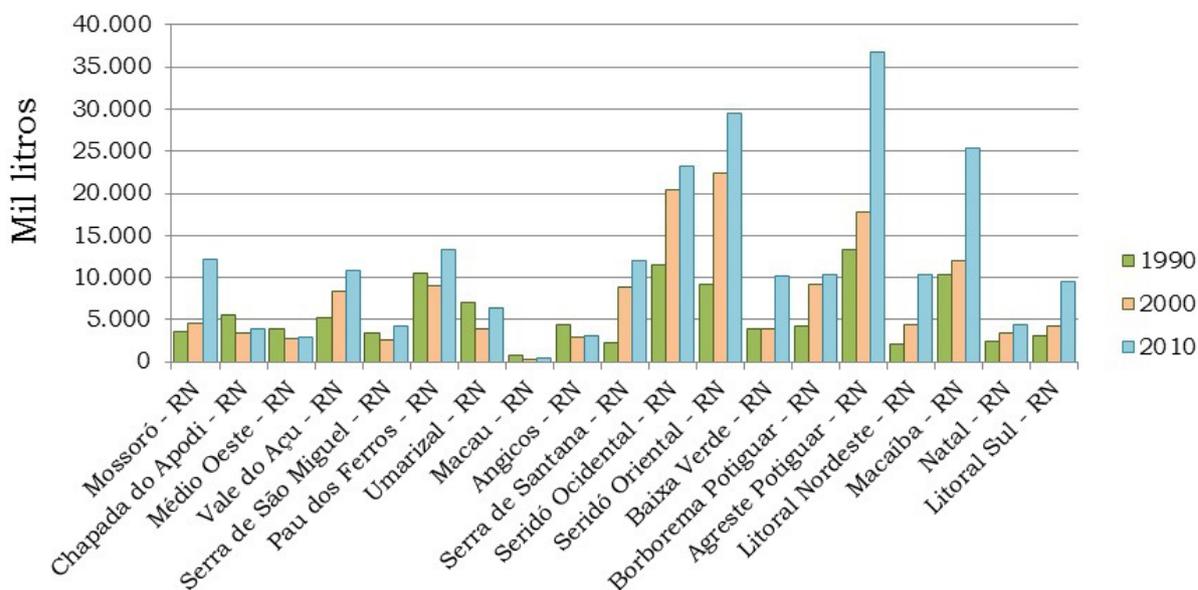


Figura 6 - Rio Grande do Norte: Volume de leite produzido por microrregiões (1990, 2000 e 2010). Fonte: IBGE – Pesquisa da pecuária municipal 1990, 2000, 2010).

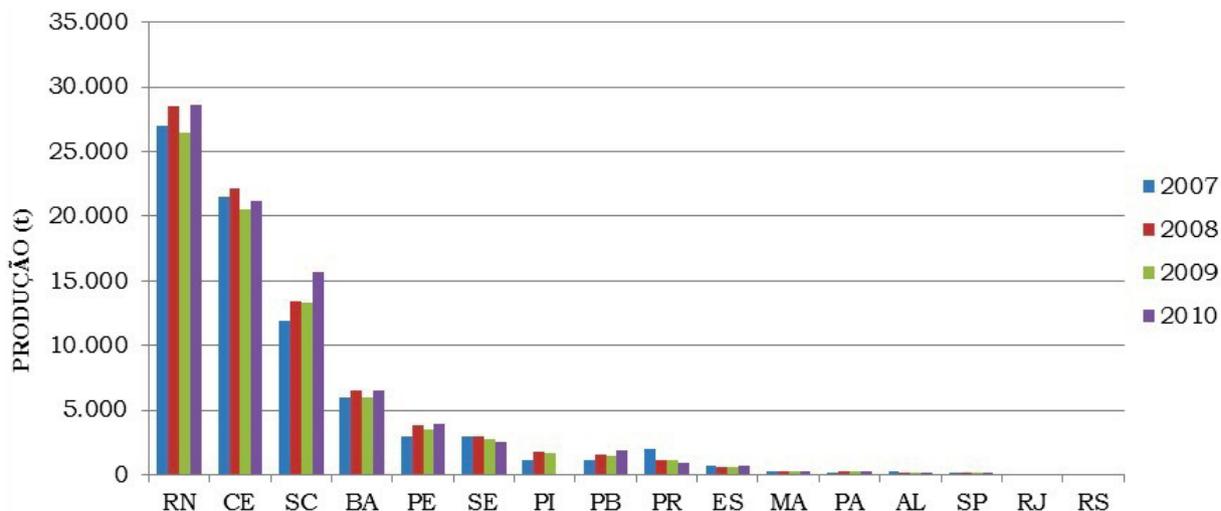


Figura 7 - Produção da carcinicultura marinha por Unidade da Federação (2007 – 2010). Fonte: Brasil: Ministério da pesca e da aquicultura - Boletim estatístico da pesca (2007- 2010).



Também sobressai na base produtiva e na pauta de exportações do estado a produção de sal marinho, a qual se apresenta como a mais representativa do país. Tal produção no estado concentra-se, sobretudo, no litoral norte e parte do oeste, especialmente nos municípios de Macau, Areia Branca e Mossoró. No Brasil também participam da atividade os estados do Rio de Janeiro, Ceará e Piauí. (Figura 8).

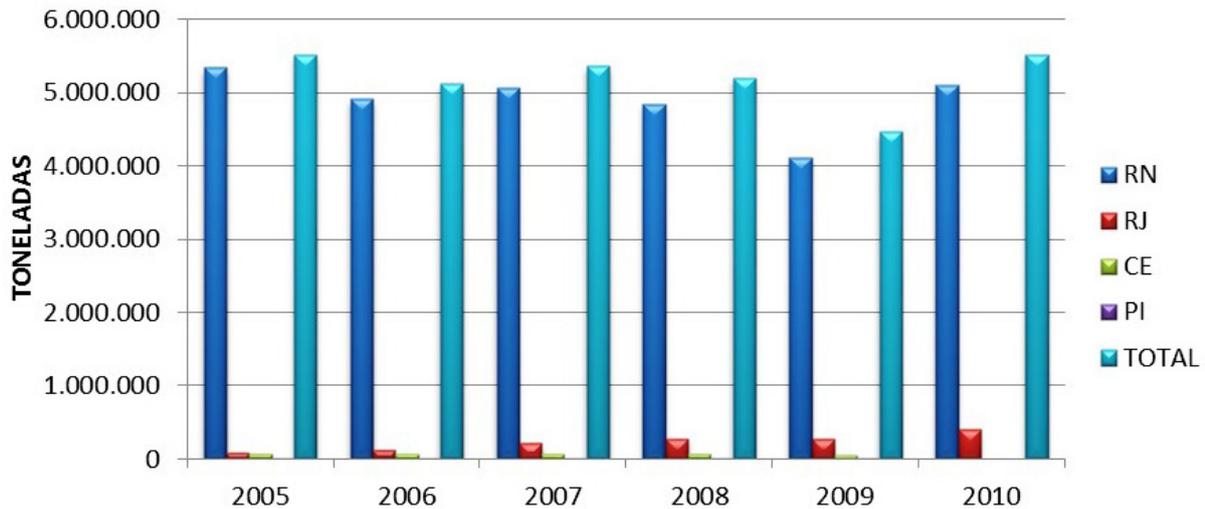


Figura 8 - Brasil: Estados produtores de sal marinho (2005 – 2010). Fonte: Indústria salineira - Segmento estratégico para o desenvolvimento do Rio Grande do Norte, 2012.

É importante destacar que no contexto da reestruturação produtiva o território potiguar passou por profundas mudanças na atividade do sal marinho, pois a maioria das unidades de extração e beneficiamento do produto eram de origem local e apresentavam reduzido nível de tecnificação e mecanização, com a reestruturação do setor a maior parte das salinas faliram, dando lugar a grandes empresas modernas e tecnificadas, às vezes de propriedade de capital externo ao estado. No interior desse processo diminuiu significativamente também o emprego de mão-de-obra, haja vista o processo de mecanização e tecnificação.

Os dados mostram também a expressividade da produção de sal marinho no estado e evidenciam que no interstício de uma década o Rio Grande do Norte praticamente manteve seu ritmo de produção. Do ano 2000 a 2010 a produção de sal marinho do estado variou de 4 a 5 milhões de toneladas (Figura 9).

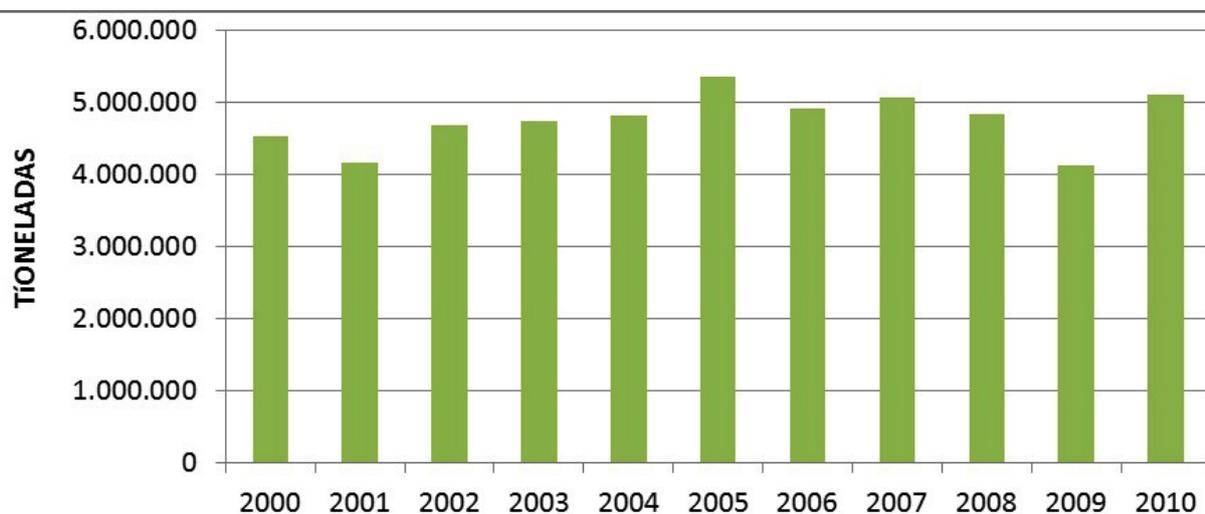


Figura 9 - Produção de sal marinho no Rio Grande do Norte (2000 – 2010). Fonte: Indústria salineira-segmento estratégico para o desenvolvimento do Rio Grande do Norte.

A produção de petróleo e gás natural também se constitui como um importante vetor da base econômica potiguar, destacando-se nacionalmente pela produção em terra e pelo volume de recursos gerados, ora constituído como royalties pagos aos municípios, ora como recompensas pagas diretamente aos proprietários de terras, cujas propriedades dispõem de jazidas em exploração (Figura 10).



Figura 10 - Brasil: Distribuição percentual do pagamento da produção de petróleo e gás natural aos proprietários de terras por unidade da federação (2010). Fonte: Anuário Estatístico Brasileiro do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis da ANP – (2011).

No Brasil, o Rio Grande do Norte apresentou o maior volume de recursos pagos aos proprietários de terras pela produção de petróleo e gás natural gerada nas propriedades do interior do estado. Na sequência sobressaem os estados do Amazonas, Bahia, Sergipe, Espírito Santo, Alagoas e Ceará sucessivamente. Em 2010, o volume total de recursos pagos aos proprietários foi de aproximadamente 82 milhões de Reais.

Nota-se ainda que o estado praticamente manteve o ritmo de produção das reservas em terra, mas evidenciou aumento significativo na produção de petróleo em reservas marinhas (Figura 11).

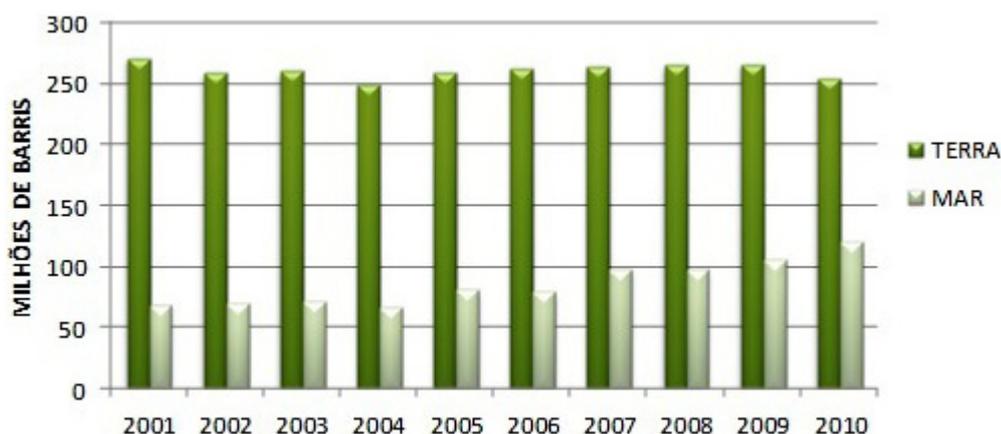


Figura 11 - Rio Grande do Norte: Evolução da produção de petróleo por localização das reservas (terra e mar) – (2001-2010). Fonte: Anuário Estatístico Brasileiro do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis da ANP (2011).

É importante frisar que a bacia petrolífera potiguar dispõe de produção, tanto em terra quanto no oceano atlântico, com um significativo número de poços produtores, principalmente em terra. Vale ressaltar que a maior concentração espacial da produção localiza-se nas bacias sedimentares dos vales dos rios Açu e Apodi-Mossoró (Figura 12).



É importante ressaltar ainda que a atividade petrolífera é a que detém um aparato tecnológico, logo uma dimensão técnica, das mais complexas no interior do processo de reestruturação produtiva no/do território potiguar. No Rio Grande do Norte, a Petrobras S.A produz gasolina, querosene para aviação (QAV) e Gás Natural (GLP).

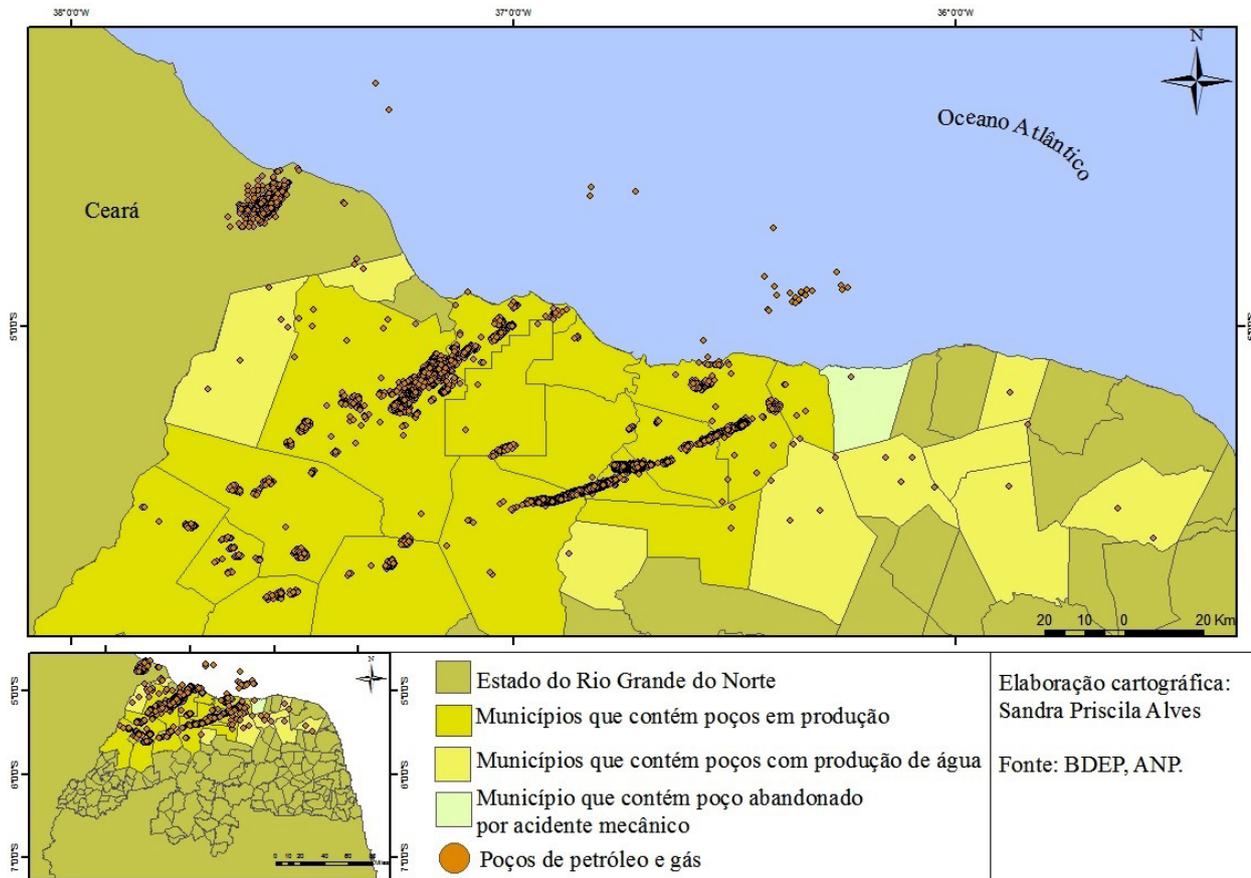


Figura 12 - Rio Grande do Norte: Localização da Bacia Potiguar de produção de petróleo e gás natural (2012).
Fonte: Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. Banco de Dados em Exploração e Produção
In: ALVES, 2012.

Quanto a capacidade de refino do petróleo no polo petroquímico de Guamaré é possível observar que esta praticamente triplicou em uma década, mantendo-se estável nos últimos cinco anos do período analisado (Figura 13).

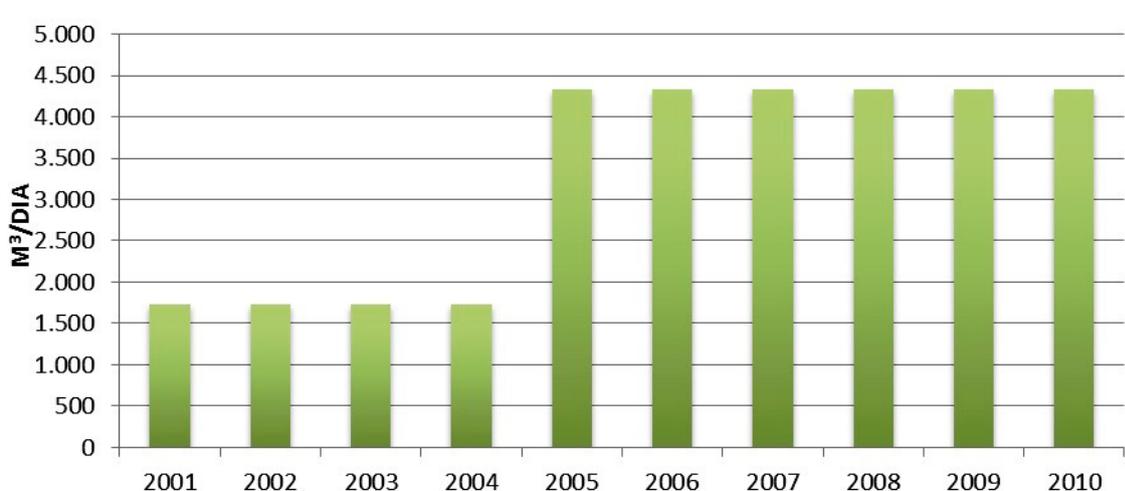


Figura 13 - Rio Grande do Norte: Capacidade de refino de petróleo do polo petroquímico de Guamaré - (2001-2010)
Fonte: Anuário Estatístico Brasileiro do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis da ANP (2011).

A produção gerada no Rio Grande do Norte destina-se ao abastecimento do próprio estado, além de parte da produção ser destinada para os estados da Paraíba, Ceará e Pernambuco. A atividade petrolífera no estado gera aproximadamente 15 mil empregos diretos, dos quais aproximadamente 20% são funcionários da própria Petrobras, ao passo que aproximadamente 80% se constituem de funcionários contratados, isto é, terceirizados. A empresa estima ainda a geração de aproximadamente 40 mil empregos indiretos nos mais diversos serviços e setores que a atividade petrolífera movimentada.

A empresa dispõe de centros administrativos e de comando em quatro municípios do estado, isto é, Natal, Mossoró, Guamaré e Alto do Rodrigues, além da área produtora constituída de reservas e poços de exploração localizados no litoral norte, parte do Vale do Açu e Vale do Apodi-Mossoró. Em termos de unidade de refino e beneficiamento o estado dispõe da Refinaria de Petróleo Clara Camarão (RPCC), localizada no município de Guamaré a qual produz gás natural, gasolina para aviação e veículos automotores.

Outro segmento importante no contexto da base produtiva potiguar é o setor têxtil, o qual dispõe de centenas de unidades de produção, bem como emprega um número significativo de empregados (Figura 14).

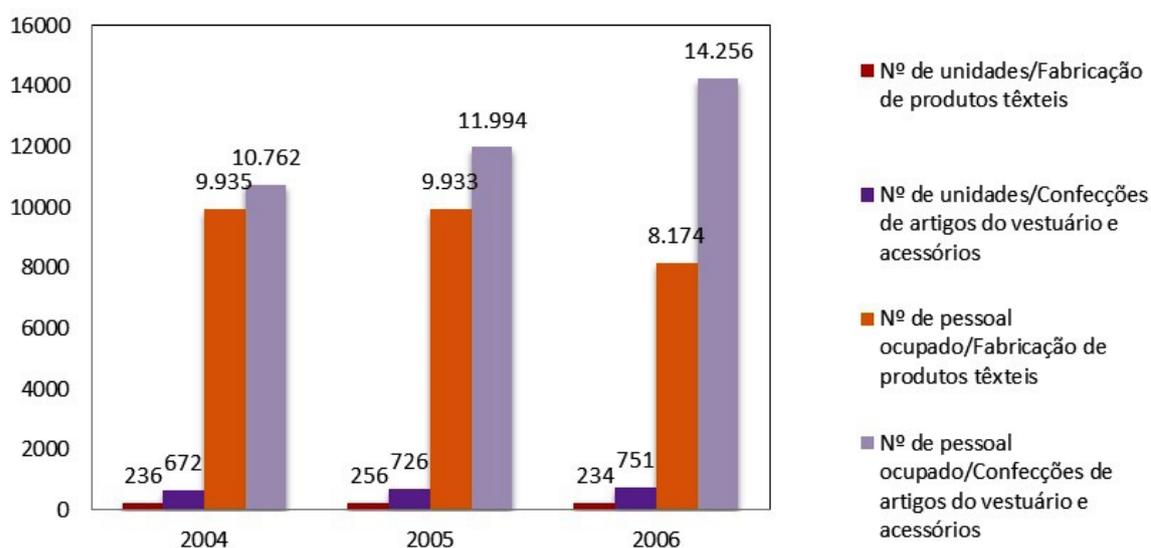


Figura 14 - Rio Grande do Norte: Número de unidades de produção têxtil e pessoal ocupado no setor (2004 a 2006).
Fonte: IBGE – Cadastro Central de Empresas (2004 a 2006)

No período analisado (2004, 2005 e 2006) verifica-se sensível aumento no número de unidades têxteis de produção, ao passo que o número de empregos no setor cresceu de forma expressiva. Vale frisar que o estado dispõe de unidades têxteis de produção espalhadas por vários municípios, desde a capital, onde localizam-se as maiores indústrias têxteis, algumas inclusive de grande porte, como a Coteminas, bem como unidades de produção menores espalhadas pelo interior, onde sobressaem as “facções de roupa”, várias dessas sustentam a produção comercializada por grifes nacionais e internacionais. Trata-se de um contexto produtivo, cuja mão-de-obra é duplamente explorada, seja pelo baixo nível de remuneração, seja pela sobrecarga de trabalho, haja vista o volume de produção per capita diário. No interior do estado é possível encontrar essas “facções de roupas” em praticamente todas as regiões, merecendo destaque a região do Seridó e Agreste. No Seridó merecem destaque ainda as unidades têxteis de produção de bonés, dispersas pelos municípios de Caicó, São José do Seridó, Serra Negra do Norte, etc.

O turismo se constitui noutra importante atividade econômica desenvolvida no Rio Grande do Norte, a qual tem participado com notoriedade do processo de reestruturação produtiva e reestruturação do território potiguar nas últimas décadas, sobretudo a partir dos anos 1990, com base no



forte incentivo de políticas públicas como o PRODETUR I e II, e o Programa de Regionalização do Turismo.

Trata-se de uma atividade que envolve uma gama variada de serviços e setores da economia, desde a indústria de alimentos e bebidas, ao comércio, artesanato e serviços diversos. Do volume de investimentos feitos nos principais setores da economia potiguar no período recente o turismo e o imobiliário se constituem como os mais representativos. De 2004 a 2005 é notória a capacidade de investimentos no setor, principalmente com base em investimentos estrangeiros (Tabela 3).

Tabela 3 - Rio Grande do Norte - Quantidade de investimentos estrangeiros (em dólares americanos) (2004 e 2005)

SETORES	2004	2005
Alimentos e bebidas	2.158.790,14	533.498,38
Agrícola	880.480,00	12.090.185,01
Industrial	1.985.724,10	602.350,51
Turismo e imobiliário	24.235.327,45	33.298.538,00
Equipamentos elétricos e hospitalares	2.225.590,28	2.359.104,47
Outros	259.404,88	189.600,00
TOTAL	31.745.316,85	49.073.276,37

Fonte: FERREIRA, A. L.; SILVA, A. F. C. (2007)

Diante do exposto, verifica-se que o setor turístico e o setor imobiliário que apresentam forte relação entre si, detêm intensa capacidade de investimentos estrangeiros com potencial de crescimento, ao menos no período analisado. Ambos os setores representaram aproximadamente 67% dos investimentos totais do volume de recursos com base nos investimentos totais nos diversos setores da economia. Ou seja, trata-se de um contexto produtivo voltado “para fora” do estado, tendo em vista a capacidade de exploração dos recursos naturais, humanos, materiais e imateriais do capital estrangeiro e nacional.

Ou seja, o Rio Grande do Norte dispõe de potencial natural, praias, clima (sol constante), belezas paisagísticas, hospitalidade, além de infraestrutura gerada pelos investimentos públicos, incentivos fiscais, concessão de crédito subsidiado, mão-de-obra barata, entre outros fatores que permitem uma forte capacidade de investimento privado e o fomento ao turismo, às expensas do Estado e da própria sociedade local.

Ao analisar o fluxo de turistas no período de 2005 a 2008 observa-se que o turismo potiguar é constituído, sobretudo por turistas brasileiros com potencial de crescimento no interstício estudado (Tabela 4).

Tabela 4 - Rio Grande do Norte: Fluxo de Turistas (2005, 2006, 2007, 2008)

Fluxo de turistas	PERÍODO			
	2005	2006	2007	2008
Brasileiros	1.737.511	1.887.718	1.923.974	1.973.693
Estrangeiros	344.183	299.162	255.951	227.788
TOTAL	2.081.694	2.186.880	2.179.925	2.201.481

Fonte: SETUR (2008)

De acordo com os dados da Secretaria Estadual de Turismo (2008), os turistas brasileiros representam aproximadamente 90% do total, procedentes, sobretudo dos estados do sul e sudeste do país.

Ao analisar a receita turística do mesmo período nota-se que obviamente sobressaem recursos provenientes dos gastos dos turistas brasileiros, representando aproximadamente 75% do total,

mas proporcionalmente, os gastos dos turistas estrangeiros são mais expressivos que os nacionais (Tabela 5).

Tabela 5 - Rio Grande do Norte: Receita Turística (2005 a 2008)

RECEITA US\$	PERÍODO			
	2005	2006	2007	2008
BRASILEIROS	365.465.045	396.528.186	406.949.565	474.042.938
ESTRANGEIROS	196.965.587	182.216.350	176.417,318	160.809.093
TOTAL	562.430.632	578.744.536	583.366.883	634.852.031

Fonte: SETUR (2008)

Na contemporaneidade, outro vetor de suma importância na dinâmica econômica e na estrutura produtiva do estado é o comércio, este constituído de milhares de estabelecimentos de diversos tipos de produtos, distribuídos em todos os municípios potiguares, mas concentrados espacialmente, sobretudo, nos municípios de Natal, Mossoró e Parnamirim (Figura 15).

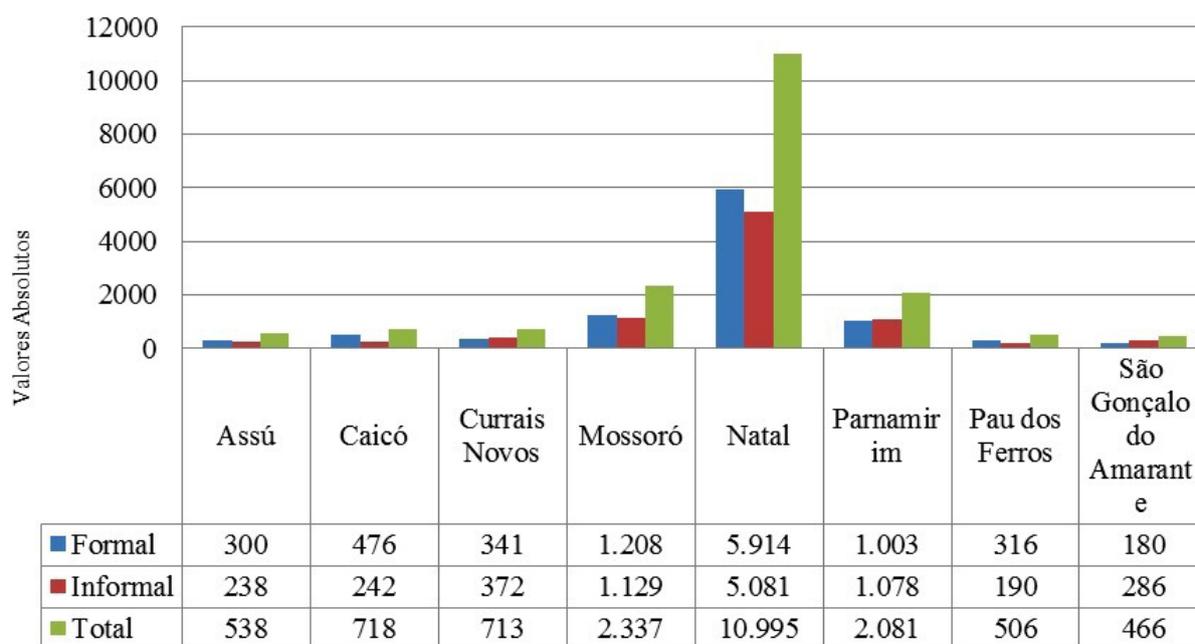


Figura 15 - Rio Grande do Norte: Número de estabelecimentos comerciais de alguns municípios (2010). Fonte: CEMP – SEBRAE/RN, 2010

Contudo, com base no número de estabelecimentos comerciais do estado, também merece destaque os centros regionais como Caicó, Assú, Currais Novos e Pau dos Ferros. Vale frisar que embora a maior parte dos estabelecimentos comerciais do estado se constituam como “formais”, aqueles de caráter “informal” são bastante representativos, muitos deles representados por pequenos estabelecimentos de comércio de uma gama variada de produtos, os quais empregam sobretudo mão-de-obra familiar.



Praticamente se verifica o mesmo no setor de serviços, cujos estabelecimentos se concentram principalmente em Natal, Mossoró, Parnamirim e nos principais centros regionais como Caicó, Currais Novos, Assú e Pau dos Ferros. Ademais, trata-se de uma diversidade de serviços que são oferecidos à população por estes estabelecimentos, “formais” e “informais”, de porte também variado, sobressaindo o emprego de mão-de-obra familiar (Figura 16).

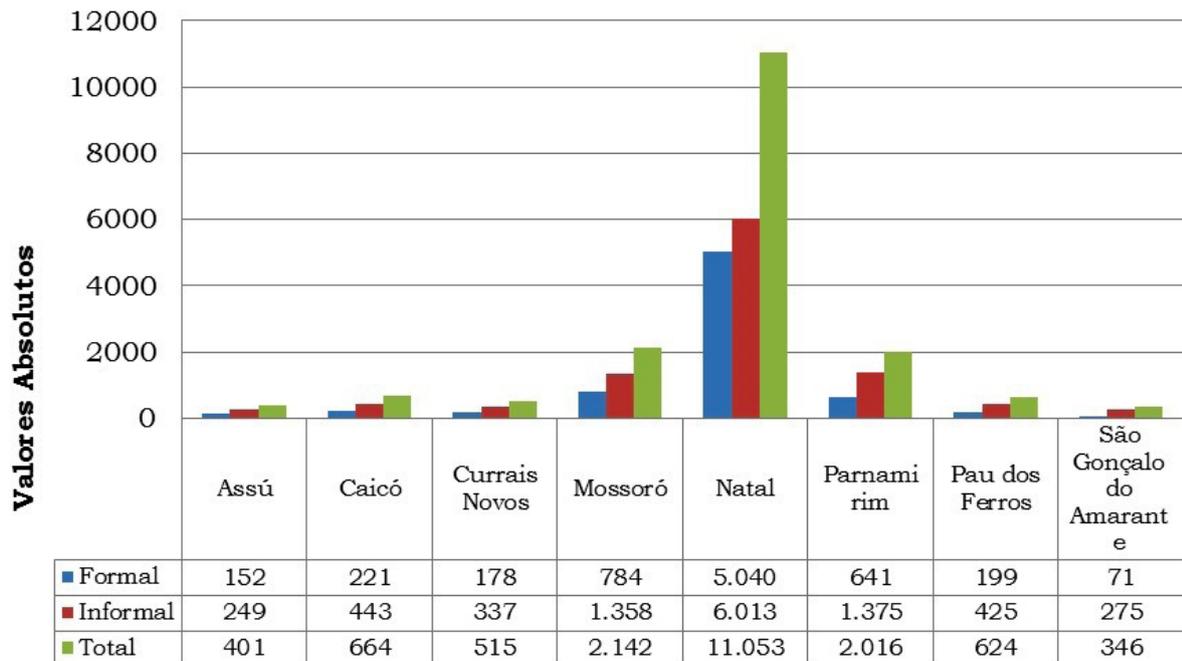


Figura 16 - Rio Grande do Norte: Número de estabelecimentos de serviços de alguns municípios (2010). Fonte: CEMP – SEBRAE/RN, 2010

Em todos os municípios analisados sobressaem os estabelecimentos informais de prestação de serviços, com destaque para os municípios de Natal, Parnamirim e Mossoró.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na análise feita, depreende-se que o processo de reestruturação produtiva envolve um conjunto de transformações espaciais, sejam elas de base estrutural-econômica, técnica, organizacional, política, por conseguinte social. É de se reconhecer que tais transformações se materializam no espaço geográfico, a partir de coexistências e sucessões de relações, fixos e fluxos. Tal contexto de reestruturação sobressai como alternativa ao capital, na sua busca por reproduzir-se de forma ampliada, afetando sobremaneira o mundo do trabalho, de modo a beneficiar os agentes hegemônicos, em detrimento dos mais pobres. Tal processo se apresenta de forma extremamente perversa, especialmente no mundo subdesenvolvido, cujo Estado de bem-estar social sempre se mostrou frágil e vulnerável.

Diante disso é possível concluir que o processo de reestruturação produtiva abrange também a reestruturação do território, haja vista as contradições evidenciadas pelas mudanças, coexistências e/ou redefinições nos sistemas técnicos, econômicos, políticos e sociais. No Rio Grande do Norte, tal processo implicou na redefinição de várias relações, conteúdos e formas, bem como desencadeou o surgimento de novas atividades econômicas, com espacialização dessas nas distintas regiões do estado, algumas integradas aos sistemas produtivo, financeiro e mercado globais.

No Rio Grande do Norte, observa-se que espaço-temporalmente esse processo torna-se mais evidente nos anos 1980/90, tendo em vista as várias mudanças inerentes a produção do espaço geográfico potiguar, sobretudo devido ao papel desempenhado pelo Estado, imbricado ao movimento

do capital privado. Esse novo contexto induziu a (re)estruturação e/ou surgimento de atividades como: a agropecuária, a pesca, incluindo a carcinicultura, a mineração, o turismo, a construção civil, a indústria têxtil, o comércio e os serviços, dentre outras.

Diante disso, fomentou-se no estado uma política de modernização da sua economia, com base nos diferentes processos produtivos que envolvem tais atividades, ou seja, a reestruturação do território potiguar tem se configurado, principalmente, a partir da territorialização da/o: agricultura irrigada no Vale do Açu, produção de petróleo e gás liquefeito no litoral norte, parte do noroeste e Vale do Açu, produção do sal marinho, também no litoral norte e parte do oeste, pecuária leiteira no Seridó e parte do Agreste, turismo no litoral leste, abrangendo Natal e adjacências, comércio e serviços na capital e nas principais cidades do estado, construção civil/mercado imobiliário em Natal e Mossoró, dentre outras atividades que constituem a dinâmica econômica do estado.

Várias dessas atividades se inserem no contexto da globalização da economia, permitindo ao Rio Grande do Norte conexão com o sistema financeiro e mercado mundiais, no entanto, é notória a capacidade de segregação socioespacial desencadeada no interior desse processo, haja vista o reduzido número de empregos gerados, subemprego e baixa capacidade de remuneração, sobretudo no universo de trabalhadores menos qualificados.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- ALVES, G. **Dimensões da Reestruturação Produtiva**: ensaios de sociologia do trabalho. 2ª edição. Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6, 2007.
- ALVES, S. P. **O circuito espacial da produção petrolífera no Rio Grande do Norte**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 161 f. Natal: 2012
- ANP – AGÊNCIA NACIONAL DE PETRÓLEO. **Anuário estatístico brasileiro do petróleo, gás natural e biocombustíveis**. 2011. Disponível em: <www.brasilcom.com.br/_dados_estatisticos/arquivos/anuario2011.pdf>. Acesso em 28 de Março de 2013.
- CARVALHO, Otamar de. **A economia política do Nordeste: secas, irrigação e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Campus; Brasília: ABID – Associação Brasileira de Irrigação e Drenagem, 1988.
- FELIPE, José L. A. **Elementos de Geografia do RN**. Natal: EDUFRRN, 1986.
- FERREIRA, A. L.; SILVA, A. F. C. Novas Dinâmicas Imobiliárias e Redefinição da Estrutura Territorial: o caso da área metropolitana de Natal/RN. In: **Anais do XII Encontro Nacional da ANPUR**, p.1-20. Belém, 2007.
- HARVEY, D. **O enigma do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- IBGE. **Estatística do cadastro central das empresas 2004**. Rio de Janeiro, 2006.
- IBGE. **Estatística do cadastro central das empresas 2005**. Rio de Janeiro, 2007.
- IBGE. **Estatística do cadastro central das empresas 2005**. Rio de Janeiro, 2008.
- IBGE. **Pesquisa pecuária municipal**. Série histórica (1990 a 2010). Disponível em: <www.ibge.gov.br>.
- IBGE. **Censo agropecuário 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em: <www.ibge.gov.br>.
- IDEMA/RN. **Atlas para a promoção do investimento sustentável no Rio Grande do Norte**. Módulo 1: Zona Homogênea Mossoroense. Natal: 2005.
- IDEMA/RN. **Anuário Estatístico do Rio Grande do Norte**. Natal, 2004.
- LENCIONI, S. Reestruturação: uma noção fundamental para os estudos transformações e dinâmicas metropolitanas. In: **ANAIS ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA**. VI, Buenos Aires, Universidade de Buenos Aires, 1998. p.1-10.
- MIZUSAKI, M. Y. **Território e reestruturação produtiva na avicultura**. Dourados, MS: Editora da UFGD, 2009.
- RAFFESTIN, Claude. A produção das estruturas territoriais e sua representação. SAQUET, Marco Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Orgs). **Território e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão popular, 2009.



- RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ed. Ática, 1993.
- SANTOS, M. A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção. 4ª Ed. São Paulo: Edusp, 2009b.
- SANTOS, M. **Pensando o espaço do Homem**. 5ª Ed. São Paulo: Edusp, 2009a.
- SETUR – SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO DO RIO GRANDE DO NORTE. 2008. Disponível em: <<http://www.rn.gov.br/conheca-o-rn/turismo/>> Acesso em 30 de junho de 2013.
- SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). **Cadastro Empresarial do Rio Grande do Norte**. RN, 2010. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/uf/rio-grande-donorte/acesse/estudosepesquisas/cemp/sebraern>>.
- SOJA, E. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1993.

Trabalho enviado em julho de 2013
Trabalho aceito em agosto de 2013